



OLHARES

REVISTA DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - UNIFESP

# Apresentação do número temático “Educação em Direitos Humanos”

Profa. Dra. Mariângela Graciano  
Profa. Dra. Magali Silvestre  
Profa. Dra. Rosangela Dantas  
Profa. Dra. Roberta Stangherlim

Nesta edição, a Olh@res apresenta o número temático “Educação em Direitos Humanos”, com artigos que abordam questões relativas aos eixos temáticos do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), inspirados nos referenciais teóricos conceituais formulados pelo educador Paulo Freire e outros autores e autoras que fundamentam seus estudos nas teorias críticas da educação.

Estão aqui publicados trabalhos resultantes de pesquisas e de práticas, os quais, sob diferentes perspectivas, propiciam reflexões acerca de desafios e possibilidades para uma educação em direitos humanos e a construção de uma sociedade menos injusta e mais respeitosa para com as liberdades individuais e coletivas de todas as pessoas.

A escolha da temática “Educação em Direitos Humanos”, proposta pelo Grupo de Estudos e Pesquisas Freireanos à equipe editorial da Olh@res, partiu da concepção de educação humanizadora e emancipadora de Paulo Freire, a qual tem orientado práticas de ensino, pesquisa e extensão de seus integrantes.

Outro aspecto que mobilizou o Grupo a propor este número temático é o retrocesso que atualmente se observa na garantia de direitos arduamente conquistados ao longo de décadas. Retrocesso esse decorrente de acontecimentos recentes tais como: o esvaziamento de representantes da sociedade civil em conselhos e fóruns responsáveis pelo controle social de políticas públicas sociais diversas, o estímulo ao ensino domiciliar e à militarização das escolas de Educação Básica; as restrições à liberdade de cátedra e a criminalização dos profissionais da educação; o fim de ações governamentais destinadas à reparação dos direitos educativos de pessoas jovens e adultas com baixa ou nenhuma escolaridade; as restrições orçamentárias impostas ao ensino público superior de maneira a inviabilizar a produção científica, bem como o acesso e a permanência, nessas instituições, de segmentos historicamente vulnerabilizados.

Durante a produção desta edição, mais um aspecto de nossa realidade foi adicionado aos fatos anteriormente mencionados: a pandemia de Covid 19, que tem provocado mudanças no mundo e no Brasil e, nesse sentido, afetado drástica e inesperadamente setores como a saúde, a economia, o trabalho, a educação, a cultura, dentre outros, impactando diretamente as vidas das pessoas e a garantia de seus direitos fundamentais. As consequências da pandemia desvelaram ainda mais as desigualdades sociais existentes, a fragilidade das políticas públicas e a ineficiência do Estado em assegurar condições capazes de combater a violação de direitos.

Nesse sentido, esta edição inclui a Entrevista “Educação e formação em tempos e cenários de pandemia”, realizada com a professora Magali Aparecida Silvestre, diretora acadêmica da Escola de



Filosofia, Letras e Ciências Humanas (EFLCH) da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), campus Guarulhos, na qual reflete sobre os desafios enfrentados durante o período de quarentena que levou à suspensão das atividades presenciais.

No que se refere aos artigos temáticos dois deles introduzem reflexões a respeito da Educação em Direitos Humanos. Os demais foram organizados de acordo com os cinco eixos do PNEDH, a saber: Educação Básica, Educação Superior, Educação Não Formal, Educação dos Profissionais dos Sistemas de Justiça e Segurança Pública e, Educação e Mídia. No eixo Educação Básica, são apresentados dois textos: um deles enfoca a prática pedagógica em escolas públicas e o outro contribui com indicadores da produção científica. O artigo que trata da experiência do estado de São Paulo na construção de uma política de educação em direitos humanos contempla o eixo da Educação Não-Formal, considerando a abordagem que faz a respeito da participação de diferentes segmentos da sociedade na elaboração do Plano Estadual de Educação em Direitos Humanos. Sobre o eixo da Educação nos Sistemas de Justiça e Segurança Pública, a colaboração para o debate é do artigo que destaca desafios e brechas da justiça social no campo da socieducação. Por fim, o eixo Educação e Mídia do PNEDH é contemplado com o texto que propõe um diálogo entre o pensamento freireano e a prática jornalística numa perspectiva emancipatória e decolonial.

Conta-se, também, com a publicação de mais dois artigos, os quais ampliam as possibilidades de análise a respeito dos temas que abordam, o primeiro trata do ensino domiciliar no Brasil e; o segundo, do momento da quarentena escolar e da automatização do trabalho docente.

No conjunto, este número de *Olh@res* reafirma a noção contemporânea de direitos humanos ao evidenciar a interdependência e a indivisibilidade entre os direitos, apontando as consequências para a educação da exclusão da maioria da população ao acesso a direitos, notadamente à saúde e a bens materiais.

Demonstra ainda, possibilidades de avanços quando, num passado recente da história do Brasil, o Estado assumiu sua responsabilidade de indutor de ações e políticas de estímulo ao respeito aos direitos humanos. A própria construção e a edição do PNEDH, entre 2004 e 2006, são exemplos dos avanços citados.

Por fim, consideramos que esta edição deva ser compreendida na perspectiva histórica que Paulo Freire identificou na década de 1960, após o Golpe Militar de 1964 que intencionou pôr fim ao processo de democratização experienciado naquele momento, ocasionando “uma menos rápida chegada a formas mais autênticas e humanas de vida”.

De maneira similar, neste contexto atual de retrocessos e violações sucessivas de direitos, torna-se ainda mais urgente a assunção da responsabilidade das instituições democráticas, em particular da universidade pública, na defesa e construção da educação que proponha "ao povo a reflexão sobre si mesmo, sobre seu tempo, sobre suas responsabilidades, sobre seu papel" e que lhe propicie a reflexão sobre o próprio poder de refletir e que tenha "sua instrumentalidade, por isso mesmo, no desenvolvimento desse poder, na explicitação de suas potencialidades de que decorreria sua capacidade de opção" (FREIRE, P. Educação como prática da liberdade, p. 80) ou a educação em direitos humanos, para a construção e concretização desses direitos e, também, como um direito humano.

Boa Leitura!

Equipe Editorial

Grupo de Estudos e Pesquisas Freireano